

UMA ANÁLISE DO FRACASSO ESCOLAR DE ESCOLAS PÚBLICAS PERIFÉRICAS

Ariany Willy Comissio - Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz¹
Simone Liberali Ficagna - Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz¹

RESUMO: Esta pesquisa tem por objetivo a discussão do fracasso das escolas públicas de periferia, tendo como foco principal a falta de perspectiva gerada pelo professor sobre os alunos das camadas menos favorecidas da sociedade. A escola pública que, por muito tempo, foi compreendida como lugar de democracia e igualdade, tem se revelado como um ambiente dissimuladamente excludente e de segregação. A preponderância dessa pesquisa está em seu caráter histórico da marginalização social de seus alunos e comunidades postos, cujo reforço, muitas vezes, ocorre pelos próprios professores inseridos no processo educacional. O desenvolvimento então da pesquisa tem um recorte de metodologia bibliográfica, utilizando-se de documentos governamentais como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, bem como os autores Pedro Demo (2007), Maria Helena Souza Patto (1992) e Alda Judith Mazzotti (2005). A intenção é explicitar como o meio social em que a criança está inserida interfere no seu processo de ensino-aprendizagem, bem como a função social do professor identificando os principais fatores do fracasso escolar.

PALAVRAS-CHAVE: ESCOLA, PERIFERIA, PROFESSOR, MARGINALIZAÇÃO.

INTRODUÇÃO:

A elaboração dessa pesquisa terá como intencionalidade produzir uma reflexão acerca do fracasso das escolas públicas de periferia.

Há estudos os quais demonstram que professores das escolas de periferia marginalizam seus alunos por meio de rótulos, não levando em consideração a realidade em que eles vivem.

Um professor que atua somente como transmissor de conteúdos, não considerando os desafios de ir além e lançar um olhar mais profundo sobre esses

¹ Acadêmicas do 7º período do curso de Pedagogia

² Professora Orientadora

determinados alunos, certamente provocará efeitos desastrosos na aprendizagem e muito mais na emancipação do sujeito.

O Brasil instituiu a educação como direito de todos. E, assim dos anos 90 para cá, vem universalizando o Ensino Público, como consta na Constituição Federal de 1988:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; (Brasil. Constituição Federal, 1998).

A problemática dá-se justamente nesse objeto em seu descompasso entre a legislação e a aplicação de um sistema educacional que resolva o problema da aprendizagem da população mais pauperizada.

A VISÃO SOCIOLOGICA DO PROFESSOR DIANTE O ALUNO DE ESCOLA DE PERIFERIA:

A história da Educação no Brasil teve início com a chegada dos jesuítas em nosso país, cujo princípio seria catequizar os índios, mas no decorrer do tempo, os padres passaram a dedicar o ensino à elite.

Por meio da Reforma Pombalina, entre (1750/1577), foi oficialmente implantado o Ensino Público - laico. Essa reforma seria uma maneira de descentralizar o ensino das mãos dos jesuítas e garantir a todos os cidadãos, porém muitos religiosos continuavam a ministrar aulas de modo particular para a elite, uma maneira que reforçou a exclusão das camadas menos favorecidas e que não tinham condições de bancar seus estudos.

Várias dificuldades foram encontradas relacionadas à educação, visto que a elite pouco se importava com o ensino da maioria da população.

As escolas existentes não forneciam vagas suficientes para atender a população, logo quem as disputavam eram os pobres. Praticamente o sistema educacional público no Brasil é muito incipiente no século XX.

Com a industrialização e a urbanização, surgiu a necessidade de capacitação, acentuando a discriminação entre o Ensino Secundário Superior e o Primário Profissional.

Em 1932, tivemos o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, que defendia uma educação obrigatória, pública, gratuita, laica, sem discriminação seja ela por cor, raça, sexo, sendo dever do Estado, tendo que ser implantada em todo país.

Getúlio Vargas, em 1937, criou o sistema educacional com o objetivo de construir o cidadão trabalhador, reforçando assim a educação excludente, pois proporciona ao desfavorecido apenas o direito de aprender a trabalhar.

Na década de 1980, deu-se início ao longo processo de democratização, enfraquecia o Regime Militar, enquanto as classes civis, estudantil e política tomavam coragem.

Em 1986, ocorreu o congelamento das mensalidades das escolas privadas, ocasionado pelo fracasso do plano cruzado, e assim, supervalorizando os preços e tornando cada vez mais o ensino elitizado e mais restrito à escola de qualidade.

O Fórum da Educação na Constituinte, formado em defesa da escola pública e gratuita para todos, reuniu entidades como a Associação Nacional de Educação (ANDE), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), e a União Nacional dos Estudantes (UNE), que exigia verbas públicas para as escolas públicas, e divulgou em 1987, um documento chamado o Manifesto à Nação, que exigia que a educação fosse direito de todos e dever do Estado.

A Carta Magna de 1988 adotou tais princípios sendo eles:

Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (...)
Art. 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e

sua qualificação para o trabalho. Art. 206: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; IV. gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais (...). Art. 208: O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; progressiva universalização do ensino médio gratuito; IV. atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade. (...)

Art. 213: Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas definidas em lei...(Constituição, 1988).

Fato é que de lá para ao longo do século XX, por causa do desenvolvimento democrático e de muita luta, visando melhorias na educação, o padrão de vida das classes populares reagiu consideravelmente, mas a sua grande maioria ainda sobrevive em esfera de pobreza e desigualdade social, econômica, cultural, e educacional. Dessa forma, faz-se necessário refletir sobre os direitos educacionais, sobre como eles estão sendo postos e se estão realmente sendo cumpridos.

Há muitos anos, a educação pública brasileira sofre com sérios problemas, como a baixa participação dos pais na vida escolar dos filhos, falta de investimento por parte do governo, desvalorização profissional, falta de interesse dos alunos, currículo desconectado da realidade do mesmo, altos índices de repetência, problemas de infraestrutura, entre outros.

Isso tudo tem contribuído para o fracasso escolar dos alunos, principalmente nas camadas menos favorecidas. O professor que já tem o seu trabalho de disseminar conhecimento, está se dividindo em várias outras tarefas, como o de psicólogo, assistente social e até fazendo o papel que caberia aos pais.

Os professores enfrentam todos os dias o desafio de lidar com a indisciplina, a falta de respeito, a agressividade, a violência, o desinteresse dos alunos dentro da sala de aula. E isso não deveria ser pensado somente como um problema da escola, mas sim de toda sociedade.

A falta de perspectiva para a juventude é realidade que está posta todos os dias e que termina refletindo nas escolas públicas, sobre carregando os profissionais da educação que passaram a ser vistos como a pessoa que tem a responsabilidade de resolver o problema.

As escolas públicas hoje contam com funcionários e alunos insatisfeitos com o que o ensino oferece. Assim, nem um e nem outro tem se esforçado para alcançar seus objetivos.

Se olharmos para as escolas públicas de periferia, a situação se complica ainda mais, pois ali está depositada toda a esperança de um futuro melhor, sobre o olhar dos pais e dos alunos. Mais é justamente quando ocorrem os maiores problemas relacionados à educação, como a repetência, a evasão escolar, a violência, a marginalização dos alunos e o desinteresse dos professores por essa classe tão excluída da sociedade.

Os problemas começam a aparecer já na admissão dessas crianças na escola, quando muitos procuram por vagas e são informados de essas não existem, visto que aquela criança é tachada de aluno problema a escola procura logo se livrar dela.

São vários os fatores que levam a escola pública ao chamado “fracasso escolar”, ela se defende dizendo que as famílias não colaboram e destroem aquilo que constrói, de outro lado está a família que pensa que certa responsabilidade pertence somente à escola.

O fato é que a responsabilidade deveria ser de ambas as partes que deveriam caminhar juntas, visando o bem-estar do aluno, mas o que acontece é o contrário. Essas crianças vêm de famílias extremamente pobres, desestruturadas, com histórico de violência do lar, muitos sem alimentação e, ao chegarem à escola, os professores querem que o aluno tenha aproveitamento do conteúdo, sem levar em consideração todos os fatores sociais que o envolvem.

Não se pode responsabilizar os professores pelas desigualdades existentes, pois os mesmos também são frutos de uma formação insuficiente, e

desconhecedoras dos problemas existentes na sociedade periférica, visto que os profissionais que atuam nesses locais não são moradores e não vivenciam essa realidade.

Dessa forma, muitos professores rotulam seus alunos como sendo preguiçosos, desinteressados, fracos, entre outros. E assim, forma-se uma classe de repetentes que ninguém quer, pois quando o ano se inicia novamente, a turma já está rotulada pelos professores.

Nota-se que os próprios professores não têm uma visão positiva sobre o futuro do seu aluno o que reforça uma marginalização desses indivíduos. A autora Maria Helena Souza Patto trata desse assunto em seu artigo “A Família Pobre e a Escola Pública: Anotações sobre um desencontro” dizendo:

As atitudes tomadas dentro da escola podem aprofundar e cronificar as dificuldades vividas por uma criança. Por exemplo, um professor que desqualifica e destrói tudo que uma criança que sofreu perdas significativas produz só esta construindo para o recrudescimento de suas dificuldades. (Patto, 1992, p.114).

Entre os discursos então falas como “se esforçar para que se ele já tem o futuro traçado”. E sim, muitos acabam apenas por repassar o conteúdo automaticamente, sem se preocupar com real objetivo do ensino.

Sendo assim, como podemos observar os direitos não são realmente como estão postos na lei, pois são desiguais, as oportunidades não são as mesmas para todos. As pessoas de baixa renda, consequentemente, tem baixa escolaridade, pois muitos deixam os estudos para trabalhar e assim poder ajudar financeiramente em casa, e é justamente na periferia que estão os piores índices de reprovação e evasão escolar.

Ocorre também que, os profissionais da área da educação, muitas vezes, não querem atuar em favelas porque acham perigoso e têm maior gasto com transporte, e então vem a constante rotatividade de professores em sala de aula, o que não é positivo para processo ensino-aprendizagem, esse vínculo afetivo e de confiança é fator importante para o desenvolvimento do aluno.

Certos professores até têm uma preocupação com o seu aluno, mas julgam necessários esforços de outras esferas como o governo, por exemplo, as escolas de periferia necessitam urgentemente de um olhar mais atencioso, voltado para uma classe que clama por oportunidades de vida melhor.

Esses profissionais sentem-se desamparados, evidenciando a falta de apoio, pois um professor tem dificuldade de influenciar e atrair um aluno mais que o mundo moderno e informatizado, é um trabalho árduo que precisa ser feito em conjunto.

Os professores se mostram tão pessimistas em relação aos seus alunos, como foi citado por Mazzotti (2005) em seu artigo “O Aluno da Escola Pública: O que dizem os professores”. *“Quanto às expectativas das próprias professoras com relação aos seus alunos, elas são, em sua maioria, extremamente pessimistas, indicando que a perpetuação da situação de pobreza lhes parece um destino inexorável”.*

A escola pública de qualidade é vista como uma farsa, quando se fala em formar cidadãos críticos, o que realmente se quer é formar trabalhadores, mão de obra para se manter o capitalismo, a educação no nosso país está altamente atrelada ao mercado de trabalho, a educação sempre é vista como fator de produtividade.

A fome é fator de miséria, pior ainda é a miséria política, a que essas pessoas são submetidas, sem entendimento de seus direitos e da força que têm, pois uma população mais bem educada com o poder nas mãos e sabendo pensar, não se contaria com o pouco que lhes é destinado.

A escola pública é vista como ação pobre para o pobre, nossa população está aprendendo o que se que aprenda e nada mais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Esse é um estudo preliminar sobre a análise do fracasso escolar de escolas públicas periféricas. Ao realizarmos tal estudo, percebemos que o fracasso escolar

destaca-se consideravelmente entre as camadas mais pobres da população. O citado processo não se refere somente ao meio social em que estão inseridos, ampliando-se ao ambiente escolar e principalmente na atuação do professor em sala de aula.

Explicitamos nessa pesquisa as dificuldades encontradas pelos profissionais da educação quanto ao desempenho das suas funções em escolas periféricas, dificuldades essas que fogem ao seu alcance de resolução e que, muitas vezes, resulta na falta de perspectiva que o mesmo gera sobre seus alunos.

Tal falta de perspectiva sobre o aluno tem se refletido no seu processo de ensino-aprendizagem, tornando-o negativo e assim, gerando uma visão pessimista do ensino nas escolas públicas de periferia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

MAZZOTTI, Alda Judith. **O “aluno da escola pública”: o que dizem as professoras.** 2005. 11 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Educação da Universidade Estácio de Sá, Brasília, 2005. Disponível em: <http://www2.unifap.br/gpcem/files/2011/09/RBEP-o-aluno-da-escola-publica_Alda-Judith-Mazzotti.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2015.

DEMO, Pedro. **Educação: coisa pobre para o pobre.** 2007. 14 f. Tese (Doutorado) – Educação Profissional: Ciências e Tecnologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/13722114-Artigo-educacao-coisa-pobre-para-o-pobre.html>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

PATTO, Maria Helena Souza. **A Família Pobre e a Escola Pública: Anotações Sobre um Desencontro.** 1992. 15 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Psicologia - Usp, São Paulo, 1992. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34463>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BARBOSA, Priscila Maria Romero. **Breve relato da história da educação excludente: do início da colonização aos dias de hoje em nosso país.** 2012.



9

Disponível em:
<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0337.html>. Acesso em:
22 abr. 2016.

BRASIL. Constituição Federal. 1988.